

30/7/1986

Quem são os delinqüentes

Hélio Pellegrino

A direita, pelos tempos a fora, e nos mais variados quadrantes, é useira e vezeira em atribuir alguns de seus piores crimes aos adversários de esquerda, com o objetivo de denegri-los — e persegui-los. Tenta-se armar, nesta medida, uma subversão monstruosa: a autoria e a responsabilidade do delito são transferidas, pelos delinqüentes, aos que a eles se opõem, de modo a que os criminosos, botando banca de impolutos, ainda encontrem, de lambugem, razões e argumentos para desmoralizar, reprimir e, se possível, eliminar seus oponentes.

O exemplo clássico dessa torva manobra é o incêndio do Reichstag — parlamento alemão —, promovido pelos nazistas em 1933, com o deliberado propósito de atribuí-lo ao Partido Comunista. Hitler, a 30 de janeiro, chegara ao posto de chanceler, apoiado pelos grandes industriais do Ruhr. O ato de terrorismo piromaníaco, imputado à esquerda pelo partido nazi, foi um dos argumentos decisivos para que o fuhrer nacional-socialista recebesse os poderes absolutos que lhe permitiram instaurar, na Alemanha, o pesadelo do nazismo.

Na história brasileira existe também um episódio que se adapta, como a luva à mão que a veste, a esse sórdido modelo consagrado pelos nazistas alemães. Trata-se do famoso Plano Cohen, forjicado nos porões do Palácio do Catete, para servir ao então candidato a ditador, Getúlio Vargas. Depois da frustrada — e desastrosa — tentativa revolucionária da Aliança Nacional Libertadora, liderada por Luiz Carlos Prestes e Miguel Costa, o governo getulista, a partir de 1935, levantou e agitou, com veemência crescente, a bandeira do anticomunismo de recorte fascista, com o objetivo de preparar o golpe de 1937.

A histeria anticomunista, nas vésperas da implantação do Estado Novo, alcançou proporções apoteóticas em torno de um certo Plano Cohen, cujos termos denunciavam, de maneira irrefutável, as tenebrosas intenções de Moscou a nosso respeito. O comunismo internacional mostrava, às escâncaras, sua carantenha repulsiva. Esse foi o argumento decisivo que articulou o apoio de clero, nobreza e militares para a implantação, entre nós, de um regime fascista. Só que o Plano Cohen, até seus últimos meandros, havia sido fabricado, no Estado-Maior do Exército, por um obscuro capitão Mourão, integralista cuja vocação, em 1964, colheu novo êxito integral: foi o desencadeador militar da Redentora.

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, mas os modelos — teimosos — permanecem, buscando repetir-se como farsa. Veja-se, por exemplo, a formidável comédia de erros e imposturas orquestrada por setores decisivos da Nova República, em torno do assassinato de Orlando Corrêa, cortador de cana, e Cibele Aparecida Manoel, empregada doméstica. Orlando, casado, pai de dois filhos, morreu com 22 anos. Cibele, mais jovem, tinha 17 anos. Ambos, radicados na cidade de Leme, no interior de São Paulo, eram espectadores de um conflito trabalhista entre bóias-frias em greve, organizados em piquetes, e cortadores de cana da Sociedade Agropecuária Creciumal, dispostos, sob proteção da PM, a furar a greve.

O conflito entre fura-greves e piqueteiros é universal, e ocorre em todas as latitudes e longitudes. Também é universal a posição da polícia em favor dos que querem trabalhar, contra os interesses dos companheiros grevistas. O fura-greve não é, propriamente, um varão de Plutarco. A polícia o protege porque é contra o direito de greve — sempre. Em verdade, esse conflito, entre irmãos, deveria ser resolvido por eles mesmos. Se há o direito ao trabalho, também há o direito de greve. Os trabalhadores, que são negros, se entendam.

No caso de Leme havia ordem judicial, solicitada pelos usineiros, para que os fura-greves pudessem comparecer ao serviço. Foi requisitada nutrida tropa da PM para dar-lhes cobertura. Num ônibus lotado de trabalhadores, pertencente à Criciumal, dirigido por empregado da usina, havia policiais embalados dentro do veículo, e policiais motorizados, em torno dele. O ônibus avançou sobre os piqueteiros, que lhe jogaram pedras. Vidros foram quebrados, houve exaltação — e confusão. Um carro da Assembléia Legislativa paulista, à disposição da liderança do PT, ocupado pelos deputados José Genoíno e Djalma Bom, apareceu no local com o objetivo de acalmar os ânimos. Os dois representantes do PT são lutadores experimentados, e não provocadores, ou candidatos ao suicídio.

Foi quando a polícia — segundo as testemunhas do inquérito — atirou na massa de piqueteiros, que havia recuado para a via férrea próxima, em virtude de espancamento e bombas de gás lacrimogênio. Não há nenhuma suspeita de que a PM tenha atirado com o objetivo de gerar um crime que, posteriormente, seria imputado ao PT, e à CUT. A polícia atirou porque, — para tanto —, foi preparada por duas décadas de ditadura militar. A polícia, inchada de arrogância, conta sempre com a impunidade. Tivemos, em nosso país, tortura e morte com absoluta garantia para torturadores e assassinos.

Acontece que a polícia atirou: e já não há ditadura militar capaz de sepultar o crime e absolver os criminosos. O sangue dos pobres, em nosso país, começa lentamente a colorir-se. Existe, no caso de Leme, uma rigorosa — e escandalosa — cronologia, sobre a qual é preciso atentar. Os dois assassinatos foram cometidos no dia 11 de julho. Nessa mesma data, o coronel Theseo Darcy Bueno de Toledo, comandante geral da PM de São Paulo, divulga nota oficial em que acusa — sem qualquer tipo de prova — os deputados do PT, "ocupantes de Opala de cor azul, placa NI-9964", de "haverem desfechado tiros contra o ônibus. A escolta revidou o ataque, tendo o Opala empreendido fuga."

A nota do coronel Theseo, sem qualquer densidade probatória e, por isto mesmo, irresponsável, além de injuriosa e caluniosa, foi a partitura única que orientou, no dia seguinte ao crime, a atividade sinfônica de numerosa e selecionadíssima orquestra. Um grande jornal do Rio, por exemplo, publicou em sua primeira página um editorial em que, num tom de paranóica violência, exige do poder público o "rigor máximo estabelecido em lei para deter a audaciosa marcha dos delinquentes da gang CUT-PT." Termina o editorial com uma sentença inapelável: "Crime é assunto de polícia e lugar de criminoso é na cadeia." Senti-me, num primeiro momento, assustado comigo mesmo. Apalpei-me, fui olhar minha cara ao espelho. Afinal, sou militante do PT e, até aquele momento, não havia recebido, de ninguém, o rótulo de delinquente, ligado a uma gang de criminosos cujo lugar é a cadeia. Depois, amargou-me o sentimento de ter sido ultrajado pela linguagem do jornal. Por fim, pensando politicamente, e analisando o transcorrer dos acontecimentos, pude deixar-me saudavelmente de lado, para entendê-los — e interpretá-los.

O editorial exprime, não apenas uma opinião isolada, mas atitude global, que inclui entre aqueles que a adotam as mais conspícuas figuras — e figurões — da Nova República. Com o passar dos dias, pôde-se perceber, com nitidez crescente, a marcha de um plano — Cohen? — destinado a transferir, para a CUT e para o PT, a autoria dos crimes de Leme, de modo a enxovalhar essas forças do movimento operário, com o objetivo de destruí-las politicamente, ou mesmo cassá-las. O SNI, voltando aos seus melhores dias, acusa o PT de querer desestabilizar o governo e de tentar abrir brechas para ações armadas.

A guerrilha dos ricos, em nome da Tradição, Família e Propriedade e, agora, da UDR, assassinou em 1985 perto de 250 trabalhadores rurais e continua a fazê-lo. Para torpedear o Plano Cruzado, pecuaristas da mesma UDR tentaram, na Europa, pagar 10 dólares por tonelada de carne mão exportada para o Brasil, no sentido de forçar a alta do produto. Qual é,

a respeito, a opinião do general Ivan Mendes, chefe do SNI? Nós, do PT, temos a nossa — e não a escondemos. Quem são os delinqüentes?

(Primeiro Caderno — Página 3)